

A Função da Lei no Pacto

Rev. Ronald Hanko

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto¹

Temos mostrado a partir de Gálatas 3:17-21 que a lei foi dada como parte do pacto de Deus e que ela ainda permanece como uma parte do pacto. Sem dúvida, isso é o mesmo que dizer que a lei e a graça não são antagônicas. A lei não é contra o pacto ou suas promessas (v. 21). Temos mostrado também que no pacto a lei tem a função, em primeiro lugar, de revelar o pecado (vv. 19,24). Com isso poucos concordariam.

Mas essa não a única função da lei como “o livro do pacto” (Ex. 24:7). No pacto, a lei funciona também como um guia para a vida de obediência grata que os cristãos são chamados a viver como povo do pacto de Deus.

Por causa dessa função da lei, o crente chama a lei de “lâmpada para os meus pés... e luz para os meus caminhos” (Salmos 119:105; Pv. 6:23). Ela é um guia certo e seguro para o caminho da vida.

Por essa razão a lei é chamada também de “a lei perfeita da liberdade” e “a lei real” (Tiago 1:25; Tiago 2:8 e 12, RA). Essa lei real não é uma nova lei, mas sim os dez mandamentos, como vemos a partir de Tiago 2:8,11. Como a lei real da liberdade, dada pelo Rei dos reis, ela define e estabelece os limites da nossa liberdade, impedindo assim que nossa liberdade em Cristo se torne licenciosidade (Gl. 5:13,14).

Mesmo no Antigo Testamento, Deus primeiro deu a lei a um povo a quem ele já tinha redimido e tirado do cativeiro no Egito (Ex. 20:1,2). Ele fez isso não para colocá-los em cativeiro novamente, mas para estabelecer limites para a vida daqueles que eram o seu povo pactual, e para organizá-las de forma que eles pudessem servi-lo melhor e mostrar-lhe gratidão por tão grande libertação.

Esse é sempre o caso. Num país livre, a liberdade é guardada pela lei. É a lei que estabelece os limites para a liberdade, de forma que a liberdade não seja destruída devido a cada homem fazer o que é certo aos seus próprios olhos. Quando a lei é descartada e todos fazem o que lhe apraz, como freqüentemente acontece hoje, no final a pessoa não tem nem mesmo a liberdade para sair de sua casa e andar na rua sem medo.

¹ E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em fevereiro/2007.

É a lei, portanto, que dá a estrutura e ordem para a vida do povo pactual de Deus. Ela define o relacionamento deles para com Deus, de forma que ele seja glorificado pelas suas vidas. A lei é capaz de fazer isso porque revela a natureza e os atributos de Deus, e assim, nos mostra a natureza de uma vida que glorifica a Deus.

A lei *não* traz os homens a uma relação pactual com Deus, nem concede a graça necessária para uma vida que glorifique a Deus. Isso eles têm da parte de Cristo (Gl. 3:24). Todavia, ela ainda é o livro do pacto, revelando como o povo pactual de Deus pode agradá-lo e ser grato a ele, em palavra e obras.

Contudo, isso não é negar que a relação do crente para com a lei mudou com a vinda de Cristo. O crente não está mais *debaixo da lei*, mas *debaixo da graça*.

Fonte (original): *Doctrine according to Godliness*, Ronald Hanko, Reformed Free Publishing Association, p. 177-178.